

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO 2012



ALDEIAS
INFANTIS SOS
BRASIL

www.aldeiasinfantis.org.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

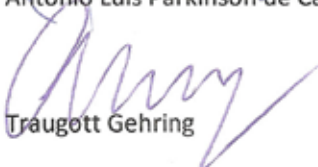
EXERCÍCIO 2012

O Conselho Fiscal da organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, datado de 15 de março de 2013, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 18 de março de 2013.



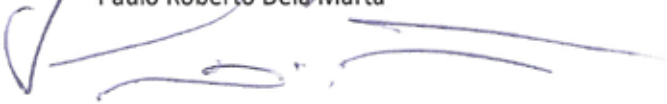
Antonio Luis Parkinson de Castro



Traugott Gehring



Paulo Roberto Dela Marta



Firmino Mauro Custódio



Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

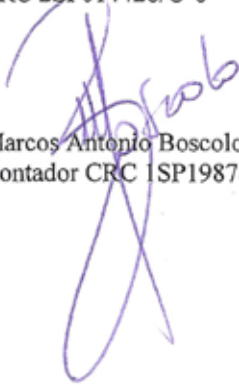
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Aldeias Infantis SOS Brasil

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.626.128	5.009.416	Fornecedores		142.161	68.115
Recursos vinculados a projetos	5	1.149.379	640.086	Salários, férias e encargos a pagar	12	1.636.271	1.457.857
Heranças e legados	6	2.211.833	-	Impostos e obrigações a recolher		36.886	17.131
Subsídios governamentais	7	550.553	-	Subsídios governamentais	13	1.219.379	733.377
Outros créditos		399.489	290.156	Receita diferida	14	313.958	-
Ativos mantidos para venda	8	1.246.784	-	Outras contas a pagar		214.681	221.809
		<u>8.184.166</u>	<u>5.939.658</u>			<u>3.563.336</u>	<u>2.498.289</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		441.371	429.246	Contas de poupança - aportes de padrinhos	9	2.488.363	2.446.423
Contas de poupança - aportes de padrinhos	9	2.488.363	2.446.423	Receita diferida	14	7.346.405	6.646.542
Propriedades para investimentos	10	1.429.419	1.952.619	Provisão para contingências	15	1.827.958	1.555.670
Imobilizado	11	20.209.621	20.594.634			<u>11.662.726</u>	<u>10.648.635</u>
		<u>24.568.774</u>	<u>25.422.922</u>	Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado	16	17.526.878	18.215.656
						<u>17.526.878</u>	<u>18.215.656</u>
		<u>32.752.940</u>	<u>31.362.580</u>			<u>32.752.940</u>	<u>31.362.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota	2012	2011
Receitas			
Doações internacionais	18	16.974.822	22.428.466
Subsídios governamentais	18	7.214.507	3.990.941
Doações nacionais	18	8.368.593	3.317.457
Aluguéis		<u>631.350</u>	<u>663.825</u>
		<u>33.189.272</u>	<u>30.400.689</u>
Receita / (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	19	(19.017.493)	(17.564.972)
Despesas gerais e administrativas	20	(14.788.093)	(12.142.679)
Depreciação		(850.723)	(580.268)
Outras receitas operacionais		<u>575.384</u>	<u>1.255.549</u>
		<u>(34.080.925)</u>	<u>(29.032.370)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(891.653)</u>	<u>1.368.319</u>
Despesa financeira		(63.686)	(119.868)
Receita financeira	21	<u>266.559</u>	<u>794.352</u>
Resultado financeiro		<u>202.873</u>	<u>674.484</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u><u>(688.780)</u></u>	<u><u>2.042.803</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
(Déficit) superávit do exercício	<u>(688.780)</u>	<u>2.042.803</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(688.780)</u></u>	<u><u>2.042.803</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.172.853	(359.389)	15.813.464
Ajuste de avaliação patrimonial	-	806.282	806.282
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial para alienação de instrumento financeiro		(446.893)	(446.893)
Superávit do exercício	<u>2.042.803</u>	<u>-</u>	<u>2.042.803</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18.215.656	-	18.215.656
(Déficit) do exercício	<u>(688.780)</u>	<u>-</u>	<u>(688.780)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>17.526.878</u>	<u>-</u>	<u>17.526.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(688.780)	2.042.803
Ajustes por		
Depreciação	850.723	580.268
Valor residual do ativo permanente baixado	294.102	157.396
(Baixa) de instrumentos financeiros	-	(446.893)
Aumento (redução) em provisões para contingências	272.288	(1.584.979)
	<u>728.333</u>	<u>748.595</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução em recursos vinculados a projetos	(509.293)	261.885
(Aumento) em heranças e legados	(2.211.833)	-
(Aumento) / redução em outros créditos	(109.333)	938.766
(Aumento) em depósitos judiciais	(12.125)	(89.287)
Aumento / (Redução) em fornecedores	74.046	(8.821)
Aumento em salários, encargos e férias a pagar	178.414	245.766
(Redução) / aumento em subsídios governamentais	(64.551)	568.510
Aumento / (redução) em impostos e obrigações a recolher	19.755	(243.677)
(Redução) / aumento em outras contas a pagar	(7.126)	93.587
Aumento em receita diferida	1.013.821	137.925
	<u>(899.892)</u>	<u>2.653.249</u>
Caixa líquido (empregadas nas) proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.483.396)	(1.920.065)
	<u>(1.483.396)</u>	<u>(1.920.065)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ganho na venda de títulos e valores mobiliários disponível para venda	-	806.282
	<u>-</u>	<u>806.282</u>
Caixa proveniente das atividades de financiamento		
	<u>(2.383.288)</u>	<u>1.539.466</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.009.416	3.469.950
No fim do exercício	2.626.128	5.009.416
	<u>(2.383.288)</u>	<u>1.539.466</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 – Vila Mariana – São Paulo – SP. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários) e/ou sócios nacionais e estrangeiros.

Em 2012, a Administração realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais gerando receitas no exercício no valor de R\$ 7.214.507, com objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 2011, a Associação era composta por 15 Aldeias SOS Brasil, constituídas, principalmente, por Casas Lares ("Aldeias"), Comunidades Jovens, Jovens Assistidos, Centros Sociais e Centros Comunitários.

Em 2012 foi inaugurada uma nova Aldeia na cidade de Foz do Iguaçu-PR, totalizando em dezembro de 2012 16 Aldeias SOS.

Abaixo segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

		Atendidos					Total
Estado	Cidade	Aldeia	Jovens assistidos	Centro social	Centro comunitário	Atendidos indiretos	
AM	Manaus	85	5	150	319	252	811
BA	Lauro Freitas	50	3	49	-	23	125
DF	Brasília	33	6	186	-	74	299
MG	Juiz de Fora	72	8	142	171	132	525
PB	João Pessoa	48	4	191	489	364	1.096
PR	Goioerê	35	5	-	194	121	355
PR	Foz do Iguaçu	51	-	-	-	-	51
RJ	Jacarepaguá	35	11	-	225	168	439
RN	Caicó	92	5	401	287	247	1.032
RS	Santa Maria	49	-	180	150	43	422
RS	Porto Alegre	58	5	204	-	143	410
SP	Poá	80	1	97	85	199	462
SP	São Bernardo do Campo	40	5	259	150	200	654
SP	Rio Bonito	60	-	330	337	55	782
SP	Campinas	53	-	-	72	52	177
SE	Aracaju	-	-	80	-	26	106
PE	Recife	-	-	75	266	252	593

Estado	Cidade	Atendidos					Total
		Aldeia	Jovens assistidos	Centro social	Centro comunitário	Atendidos indiretos	
PE	Igarassu	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>81</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>229</u>
Total em 2012		<u>950</u>	<u>58</u>	<u>2.425</u>	<u>2.745</u>	<u>2.390</u>	<u>8.568</u>
Total em 2011		<u>1.333</u>	<u>61</u>	<u>3.539</u>	<u>5.335</u>	<u>3.778</u>	<u>14.046</u>

Conforme demonstrado acima, em 2012 houve uma queda no número de atendidos. Esta queda ocorreu em razão da redução das doações originadas dos recursos internacionais que até 2011 era o principal recurso para manter as operações da Associação.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especialmente em atendimento CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 15 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- a. Ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo;
- b. Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Valor residual do ativo imobilizado e vida útil;
- Nota 15 - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus

valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iii. Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados à valor justo.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

O *software* comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Edificações	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	10 anos
Equipamentos e Computadores	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo pela Associação. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão da Associação utilizar o custo como base para contabilização. Desta forma o valor justo é divulgado somente em nota explicativa conforme permitido pela norma contábil vigente.

e. Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

ii. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Associação não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Associação não há benefícios que nos indique necessidade de se constituir um passivo atuarial, bem como não possui qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

h. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores, são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

i. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui 4 principais tipos de receita (receitas com doações internacionais, receitas com subsídios governamentais, receitas com doações nacionais e receitas com alugueis).

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

As receitas com alugueis são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na CPC 07 (R1) subvenções governamentais, da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a no passivo circulante.

j. **Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras e o ganho na alienação de ações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

4 **Caixa e equivalentes de caixa**

	2012	2011
Caixa e bancos	953.920	1.222.836
Aplicação financeira	<u>1.672.208</u>	<u>3.786.580</u>
	<u>2.626.128</u>	<u>5.009.416</u>

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação, composto por títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são remuneradas a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 **Recursos vinculados a projetos**

	2012	2011
Aplicações financeiras	<u>1.149.379</u>	<u>640.086</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação dos convênios com as prefeituras, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Vide nota explicativa 13.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Heranças e legados

	2012	2011
Heranças e legados	<u>2.211.833</u>	<u>-</u>

No exercício de 2012, a Associação recebeu uma comunicação referente ao recebimento de uma doação por meio de testamento deixado por uma pessoa física. O valor total destinado a Associação foi de R\$ 5.209.248.

No final do exercício de 2012 a Associação recebeu a primeira parcela desta herança no valor de R\$ 2.997.415, para o saldo remanescente no montante de R\$ 2.211.833, o processo de liquidação foi concluído em fevereiro de 2013. O valor total desta herança foi reconhecido das demonstrações do resultado de 2012 na rubrica de Doações Nacionais.

Adicionalmente, a Associação já foi comunicada sobre a existência de outros dois processos de herança em que a Aldeias será beneficiada. Estes processos ainda encontram-se em fase de análise e apuração de valores. Desta forma, não é possível estimar os valores que serão recebidos pela Aldeia bem como o prazo de recebimento, motivo pelo qual nenhuma provisão ativa sobre esse assunto foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

7 Subsídios governamentais

	2012	2011
Subsídios governamentais	<u>550.553</u>	<u>-</u>

Para o projeto de Caicó (localizado em Natal-RN), executado com o subsidio da Prefeitura de Natal, o contrato firmado em abril de 2012 prevê que os gastos com o projeto são reembolsados somente após o envio da prestação de conta.

O saldo apresentado no ativo circulante refere-se aos gastos já incorridos com o convênio que será reembolsado pela Prefeitura. A prestação de contas deste saldo foi realizada pela Associação em dezembro de 2012, e o valor foi reembolsado pela Prefeitura Municipal de Caicó em janeiro de 2013.

8 Ativos Mantidos para venda

A Associação possui dois imóveis que estão apresentados como ativos mantidos para venda, seguindo o compromisso da administração aprovado em 13 de dezembro de 2012. Os esforços para a venda destes ativos mantidos para venda já se iniciaram e a venda é esperada até o final de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos disponíveis para venda compreenderam:

	Nota	2012	2011
Custo do imobilizado		3.093.794	-
Depreciação acumulada		(1.847.010)	-
Saldo líquido	11	<u>1.246.784</u>	<u>-</u>

9 Contas de poupança - aportes de padrinhos

	2012	2011
Contas de poupança – ativo	<u>2.488.363</u>	<u>2.446.423</u>
Contas de poupança – passivo	<u>2.488.363</u>	<u>2.446.423</u>

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por tratar-se de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse as crianças assistidas pelos padrinhos, os montantes relacionados às contas de poupança são registradas por valores equivalentes em contas de ativo e passivo.

10 Propriedades para investimento

	Nota	2012	2011
Saldo em 1º Janeiro		1.952.619	1.952.619
Transferência para ativo imobilizado	11	(523.200)	-
Saldo em 31 de dezembro		<u>1.429.419</u>	<u>1.952.619</u>

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexando a inflação. Renovações subseqüentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 5 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

Um imóvel foi transferido de propriedade para investimento para ativo imobilizado (ver nota explicativa 11), uma vez que o imóvel passou a ser utilizado novamente pela Associação para atendimento da Aldeia de São Bernardo do Campo.

As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo de aquisição. O valor justo é apurado somente para divulgação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores justos das propriedades para investimento compreenderam:

	<u>31/12/2012</u>			
Localidade do Imóvel	Custo	Depreciação	Líquido	Valor justo
Brasília	1.085.559	(382.209)	703.350	5.299.950
Goioerê	249.514	(90.046)	159.468	3.469.882
Manaus	157.468	(31.493)	125.975	354.821
Paraíba	186.918	(69.345)	117.573	766.800
Juiz de Fora	137.327	(23.580)	113.747	564.300
São Bernardo do Campo	184.006	(73.602)	110.404	1.536.000
Jacarepaguá	153.505	(54.603)	98.902	872.107
Bahia	<u>8.795</u>	<u>(8.795)</u>	<u>-</u>	<u>1.712.784</u>
Total	<u>2.163.092</u>	<u>(733.673)</u>	<u>1.429.419</u>	<u>14.576.644</u>

11 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação em 31 de dezembro de 2011

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>		
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo				
Terrenos	1.647.654	-	-	1.647.654
Edifícios	18.622.004	74.623	-	18.696.627
Móveis e utensílios	884.711	102.056	(51.728)	935.039
Veículos	790.401	216.245	(76.210)	930.436
Equipamentos e computadores	2.740.793	625.306	(122.586)	3.243.513
Construções em andamento	<u>2.021.385</u>	<u>901.835</u>	<u>(103.430)</u>	<u>2.819.790</u>
Total	<u>26.706.948</u>	<u>1.920.065</u>	<u>(353.954)</u>	<u>28.273.059</u>

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>		
Descrição	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação				
Edifícios	(4.990.952)	(7.911)	-	(4.998.863)
Móveis e utensílios	(548.998)	(66.985)	42.840	(573.143)
Veículos	(472.060)	(121.572)	43.000	(550.632)
Equipamentos e computadores	<u>(1.282.705)</u>	<u>(364.599)</u>	<u>91.517</u>	<u>(1.555.787)</u>
Total	<u>(7.294.715)</u>	<u>(561.067)</u>	<u>177.357</u>	<u>(7.678.425)</u>
Saldo líquido	<u>19.412.233</u>	<u>1.358.998</u>	<u>(176.597)</u>	<u>20.594.634</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2012

Descrição	31/12/2011		31/12/2012				Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências construções em andamento	Transferência Propriedade para investimento	Transferência Ativo mantido para venda	
Custo							
Terrenos	1.647.654	-	(1.300)	-			1.646.354
Edifícios	18.696.627	62.500	(517.423)	1.840.560	654.000	(3.093.794)	17.642.470
Móveis e utensílios	935.039	126.899	(249.918)	25.463			837.483
Veículos	930.436	128.215	(111.308)	-			947.343
Equipamentos e computadores	3.243.513	362.957	(632.980)	51.935			3.025.425
Construções em andamento	<u>2.819.790</u>	<u>802.825</u>	<u>-</u>	<u>(1.917.958)</u>			<u>1.704.657</u>
Total	<u>28.273.059</u>	<u>1.483.396</u>	<u>(1.512.929)</u>	<u>-</u>	<u>654.000</u>	<u>(3.093.794)</u>	<u>25.803.732</u>

Descrição	31/12/2011		31/12/2012				Depreciação
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Transferência Propriedade para investimento	Transferência Ativo mantido para venda	
Depreciação							
Edifícios	(4.998.863)	(203.298)	390.350	-	(130.800)	1.847.010	(3.095.601)
Móveis e utensílios	(573.143)	(78.898)	212.682	-			(439.359)
Veículos	(550.632)	(143.817)	58.544	-			(635.905)
Equipamentos e computadores	<u>(1.555.787)</u>	<u>(424.710)</u>	<u>557.251</u>	<u>-</u>			<u>(1.423.246)</u>
Total	<u>(7.678.425)</u>	<u>(850.723)</u>	<u>1.218.827</u>	<u>-</u>	<u>(130.800)</u>	<u>1.847.010</u>	<u>(5.594.111)</u>
Saldo líquido	<u>20.594.634</u>	<u>632.673</u>	<u>(294.102)</u>	<u>-</u>	<u>523.200</u>	<u>(1.246.784)</u>	<u>20.209.621</u>

O saldo de construções em andamento refere-se basicamente a recursos que estão sendo destinados a reforma de 9 imóveis de casas lares localizadas em Porto Alegre.

O valor total deste projeto é de aproximadamente R\$ 1.200.000, e todo o recurso utilizado neste projeto está sendo doado pela SOS Noruega.

12 Salários, férias e encargos a pagar

	2012	2011
Salários e ordenados a pagar	8.871	4.964
Provisão para férias e encargos sobre férias	<u>1.627.400</u>	<u>1.452.893</u>
	<u>1.636.271</u>	<u>1.457.857</u>

13 Subsídios Governamentais

Durante o ano de 2012, a Associação firmou novas parcerias e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. Para 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo é assim apresentado:

	2012	2011
Esfera Municipal		
Prefeitura Municipal de São Paulo	241.181	175.789
Prefeitura Municipal de Caicó	179.815	-
Prefeitura Municipal de Campinas	122.642	67.541
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	<u>120.836</u>	<u>146.122</u>

	2012	2011
Prefeitura Municipal de Carpina	110.884	2.000
Prefeitura Municipal de Natal	70.000	-
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	46.039	7
Prefeitura Municipal de Igarassu	39.681	59.723
Prefeitura Municipal de Santa Maria	31.380	-
Prefeitura Municipal de Ubatuba	21.445	53.760
Prefeitura Municipal de Recife	17.282	-
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	11.107	-
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	-	1.168
Prefeitura Municipal de Poá	-	50
	<u>1.012.292</u>	<u>506.160</u>
Outros convênios		
Esfera Estadual	138.583	120.931
Esfera Federal	5.500	3.750
Outros	<u>63.004</u>	<u>102.536</u>
	<u>207.087</u>	<u>227.217</u>
Total	<u>1.219.379</u>	<u>733.377</u>

Exceto pelo saldo de R\$ 70.000 referente ao subsídio governamental de Natal que tem contrapartida na rubrica de subsídios governamentais no ativo, os subsídios governamentais no passivo, referem-se a recursos já recebidos pela Associação de projetos a executar, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência. (veja nota explicativa 5).

14 Receita diferida

	2012	2011
Receita diferida curto prazo (a)	313.958	-
Receita diferida longo prazo (b)	<u>7.346.405</u>	<u>6.646.542</u>
	<u>7.660.363</u>	<u>6.646.542</u>

- (a) Esse valor refere-se substancialmente de recursos recebidos pela SOS – Kinderdorf International para execução de um projeto específico para campanha de divulgação da marca Aldeias Infantis SOS Brasil durante o ano de 2013.
- (b) Conforme demonstrado na nota explicativa 3(h), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado.

As principais obras realizadas com recursos vinculados provenientes de entidades relacionadas no exterior foram:

	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Igarassu	4.055.890	-	(96.060)	3.959.830
Brasília	919.315	-	(21.888)	897.427
Manaus	618.610	-	(14.113)	604.497
Engenho do Meio	582.323	-	(13.285)	569.038
João Pessoa	180.450	-	(6.683)	173.767
Construções em andamento	<u>289.954</u>	<u>851.892</u>	<u>-</u>	<u>1.141.846</u>
	<u>6.646.542</u>	<u>851.892</u>	<u>(152.029)</u>	<u>7.346.405</u>

15 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para contingências no exercício de 2012 estão apresentadas a seguir:

	2011	2012		
	Saldo Inicial	Adição	Reversões e pagamentos	Saldo Final
Trabalhistas	315.754	246.028	(98.280)	463.502
Tributária				
INSS	1.239.916	80.508	-	1.320.424
Taxa de lixo	<u>-</u>	<u>44.032</u>	<u>-</u>	<u>44.032</u>
	<u>1.555.670</u>	<u>370.568</u>	<u>(98.280)</u>	<u>1.827.958</u>

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

INSS quota patronal - As contingências tributárias referem-se, à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável.

Ativo contingente – A Associação vem discutindo na justiça junto a Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro ação ordinária de inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU nos exercícios de 1994 a 1999, reivindicando a devolução das quantias recolhidas. A ação foi transitada em julgado sendo reconhecida a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU condenando o Município do Rio de Janeiro a restituir os montantes pagos pela Associação. Apesar de transitado em julgado nenhum ativo foi reconhecido, nesse momento. O valor em discussão ainda está sendo apurado.

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária e cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.516.315 (R\$ 1.406.617 em 2011) tributária de R\$ 655.058 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 518.122 2011) e cível de R\$ 482.947 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 441.976 em 2011).

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

17 Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS – Kinderdorf International.

Durante o exercício de 2012 a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R\$ 13.379.231 (R\$ 18.802.130 em 2011). Os valores recebidos nos exercícios de 2012 e 2011 são apresentados a seguir:

	2012	2011
Receitas com doações de partes relacionadas		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	11.130.948	16.737.379
SOS – Kinderdorpen	1.392.073	790.600
SOS – Suíça	269.466	303.079
SOS - Estados Unidos da América	159.773	80.356
SOS – Suécia	147.604	208.116
SOS – UK	80.390	103.504
SOS – Dinamarca	46.948	205.266
SOS - Bélgica	-	221.801
Outras	152.029	152.029
	<u>13.379.231</u>	<u>18.802.130</u>

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2012, a Associação possui R\$ 7.660.363 (R\$ 6.646.542) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na nota explicativa 14).

Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

18 Receitas

	2012	2011
Doações internacionais:		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	11.130.948	16.737.379
Padrinhos Viena	3.595.591	3.626.336
SOS – Kinderdorpen	1.392.073	790.600
SOS – Suíça	269.466	303.079
SOS - Estados Unidos da América	159.773	80.356
SOS – Suécia	147.604	208.116
SOS – UK	80.390	103.504
SOS – Dinamarca	46.948	205.266
SOS - Bélgica	-	221.801
Outras	<u>152.029</u>	<u>152.029</u>
Total de doações internacionais	<u>16.974.822</u>	<u>22.428.466</u>
Subsídios governamentais:		
Municipais		
Prefeitura Municipal de São Paulo	1.278.902	1.392.159
Prefeitura Municipal de Campinas	940.467	872.905
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	869.178	-
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	686.786	472.740
Prefeitura Municipal de São Bernardo dos Campos	540.127	310.667
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	376.426	-
Prefeitura Municipal de Natal	480.553	-
Prefeitura Municipal de Ubatuba	337.204	-
Prefeitura Municipal de Caicó	312.981	-
Prefeitura Municipal de Poá	190.752	264.822
Prefeitura Municipal de Mossoró	67.064	-
Outras	420.170	209.913
Estaduais	637.386	418.608
Federais	<u>76.511</u>	<u>49.127</u>
Total de subsídios governamentais	<u>7.214.507</u>	<u>3.990.941</u>
Doações nacionais:		
Heranças e legados	5.678.981	155.259
Amigos	1.031.751	923.880
Empresas	942.458	1.494.379
Eventos e produtos	211.474	75.917
Mercadorias	131.470	159.501
Outras doações	<u>372.459</u>	<u>508.521</u>
Total de doações nacionais	<u>8.368.593</u>	<u>3.317.457</u>

Heranças e legados – A Associação recebe de forma esporádica, valores oriundos de heranças e legados. No exercício de 2012, a maior parte da receita é proveniente da herança deixada por uma pessoa física, conforme mencionado na nota explicativa 6, cujo montante total foi de R\$ 5.209.248 sendo R\$ 2.997.414 recebido em dezembro de 2012 e R\$ 2.211.834 em fevereiro de 2013.

19 Despesas com pessoal

	2012	2011
Salários e encargos sociais	(16.402.562)	(15.187.763)
Benefícios	(1.821.232)	(1.938.763)
Indenizações	(793.699)	(438.446)
	<u>(19.017.493)</u>	<u>(17.564.972)</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Despesas com alimentação	(2.841.596)	(3.004.817)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.953.943)	(1.577.847)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.765.492)	(1.739.853)
Serviços de terceiros	(1.721.981)	(1.389.232)
Manutenção, conservação e reparo	(1.261.060)	(1.518.305)
Veículos e conduções	(1.223.913)	(1.203.905)
Aluguéis	(1.028.316)	(775.924)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(712.423)	(708.127)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(596.382)	(431.900)
Despesas com casa lar	(439.822)	(473.713)
Publicidade e comunicação	(386.334)	(337.956)
Constituição e reversão de provisão para contingências	(272.288)	1.584.979
Consultoria	(95.035)	(102.450)
Outras	(489.508)	(463.629)
	<u>(14.788.093)</u>	<u>(12.142.679)</u>

21 Receita financeira

	2012	2011
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	266.559	347.459
Ganho na alienação de instrumentos financeiros em ações	<u>-</u>	<u>446.893</u>
	<u>266.559</u>	<u>794.352</u>

22 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de:

	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos	4 e 5	3.775.507	5.649.502

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2012 um saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos de R\$ 3.775.507 frente a um passivo circulante na mesma data base de R\$ 3.563.336 o que representa uma liquidez livre de R\$ 212.171 (liquidez livre de R\$ 3.168.344 em 2011).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 142.161 em 31 de dezembro de 2012, não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 – nível 2:

	2012	2011
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicação financeira	<u>2.821.587</u>	<u>4.426.666</u>

23 Cobertura de seguros (não auditado)

A Associação possui política de efetuar cobertura de seguros para veículos e contra riscos diversos, de acordo com a avaliação da Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24 Imunidade Tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades: reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de abril de 1995 e com renovação da certidão válida até 30 de setembro de 2013, Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451 de 20/01/200; Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 2.075 de 28/12/1993 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos através da resolução nº 16/CNAS de 05 de maio de 2010 publicado no Diário Oficial da União em 19/05/2010, as entidades passaram a prestar contas ao Conselho Municipal de sua sede – no caso Conselho Municipal de Assistência Social – SP com validade até 14/04/2014); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – SP – com validade até 13/08/2015, Certidão Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC nº 1763/2011) emitido em 22 de dezembro de 2011 e Declaração ITCMD com validade até 28/04/2014.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2010. Conforme previsto no art. 8 do Decreto n.º 7.237 de 20 de julho de 2010, e considerando que a Associação protocolou tempestivamente o pedido de renovação do referido certificado, o mesmo serve como prova legal de certificação para todos os fins legais.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- I. não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II. aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III. apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV. mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V. não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

- VI. conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII. cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII. apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 34.273.952 em 2012 (R\$ 29.032.370 em 2011), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 3.278.059 em 2012 (R\$ 2.791.941 em 2011).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

25 Eventos subsequentes

Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Associação possuía provisionado o montante de R\$ 2.211.834 referente a herança a receber, cujo recebimento efetivo ocorreu em fevereiro de 2013.


Paulo Gaio de Castro Júnior
Diretor Presidente


Henry Alain François Ubersfeld
Diretor Tesoureiro


Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional


Rosenilda Oliveira de Araújo
CRC/1SP221518/0-3



Aldeias Infantis SOS Brasil – Escritório Nacional
Rua José Antonio Coelho, 400 - Vila Mariana
São Paulo - SP - CEP 04011 061 Tel.: (11) 5574 8199
www.aldeiasinfantis.org.br